

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielse Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruct (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruct (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruct (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro
REUNIÕES — As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruct (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélcio Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielse Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 59.^a Sessão Ordinária
Realizada em 2 de Maio de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Borsari Neto.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Borsari Neto — Cândido Martins de Oliveira — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quielso Crisóstomo — Rosário Pitelli e Sebastião Rodrigues Júnior (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Marciano Baraniuk — Olavo Ferreira — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

OFÍCIOS:

Sob o n.º 255, do Senhor Cássio de Paula Freitas, comunicando haver assumido por nomeação do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, as funções de Secretário de Estado dos Negócios dos Transportes do Paraná. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Do Senhor Vereador Cyreneo Motta Espesin, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Santa Catarina, comunicando haver sido eleita e empossada a nova Mesa Diretora daquele Poder Legislativo Municipal. — Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 77/73, do Senhor Maurício de Souza Moura, comunicando haver assumido em data de 02-04-73, a direção da Superintendência do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 188/73, do Senhor Gilberto de Abreu Pires Superintendente da PARANATUR, comunicando que por decreto do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, foram nomeados e empossados em data de 17-04-73, os Economistas Jocy Ribeiro Bastos e Wilson Fortes, nos cargos de Diretor Administrativo e Diretor Técnico, respectivamente, daquela Empresa. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 29, do Senhor Presidente da Associação de Moradores de Nova Esperança, comunicando a constituição da diretoria que regerá os destinos da nova entidade no período de 1973/1974. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

Sob o n.º 008/73, do Senhor Dionísio Assis Dal-Prá, Presidente da Sociedade Rural do Noroeste do Paraná, comunicando a fundação daquela Entidade, com sede e foro na cidade de Paranavai. — Ao conhecimento da Casa. — Agradeça-se.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 39/73.

— de autoria do Senhor Deputado Emílio Carazzai, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 165/72.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Antonio Bortolotto.

O Senhor Antônio Bortolotto, pessoa muito estimada no Município, era Vice-Presidente da Câmara Municipal de Maringá.

Da decisão da Casa, solicita-se dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Jorge Sato

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer se registre na Ata dos trabalhos de hoje voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Antônio Bortolotto, ocorrido em lamentável acidente automobilístico no dia 30 próximo passado.

Requer, outrossim, após aprovação deste se dê ciência à família enlutada, assim como à Câmara de Vereadores de Maringá.

Antônio Bortolotto, era Vereador, jovem advogado de grande prestígio em Maringá, deixa uma lacuna irrecuperável em todas as atividades que exercia, principalmente no Diretório da ARENA.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Paulo Poli

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, requer um voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador Antônio Bortolotto, ocorrido na cidade de Maringá.

Outrossim, requer ainda que, da decisão desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Alvaro Dias

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos de hoje um voto de regozijo pelo transcurso do Dia do Ferroviário, ocorrido em 30 de abril passado.

Célula importante no contexto trabalhista brasileiro o ferroviário brasileiro, oriundo de idéias integracionistas de Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, apesar do esforço e dedicação em prol do progresso da Nação, não tem, até hoje, recebido a recíproca condizente pelas autoridades constituídas.

No momento em que o Governo Federal através de seu Ministério de Transportes, procura conduzir o transporte ferroviário à situação melhor, como verdadeiro transporte efetivo da produção nacional, mister se faz necessário revisar a situação do ferroviário brasileiro que tudo de si empresta e quase nada recebe em troca.

Solicitamos, outrossim, dar-se ciência do conteúdo deste requerimento à direção da RVPSC.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Domício Scaramella

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas regimentais, requerem, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje votos de congratulações ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, por ter como uma de suas metas prioritárias, no setor rodoviário, o asfaltamento da estrada Santo Antonio da Platina - Jaguariaíva.

A preocupação do Exmo. Sr. Governador, no sentido de considerar entre prioritários o asfaltamento desse importante trecho da PR-1, foi transmitida pelo Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Coronel Cássio de Paula Freitas, durante sua oportuna participação na Reunião da Associação dos Municípios do Norte Pioneiro, realizada em 29 de abril em Santo Antonio da Platina.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(aa) — Borsari Netto — Aguinaldo Pereira Lima

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, sejam endereçados TELEX aos Senhores Nestor Jost e Benedito Fonseca Moreira, respectivamente Diretor Presidente e Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A., solicitando ampliar a concessão do teto de financiamento ao agricultor entre 75 a 80% do valor das Colheadeiras Clayton 1530, mesmo sem apresentar o índice de nacionalização exigido; dando assim oportunidade à implantação da Fábrica NEW HOLLAND & CLAYSON — MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA. no Estado do Paraná. Solicita também, seja endereçado ofício ao Senhor Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, para que interceda junto as autoridades do Banco do Brasil S/A., para a solicitação pleiteada.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Nelson Buffara

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Cel. Mário Andreazza, no sentido de que aquela autoridade federal estude a possibilidade de criação, em nossa Capital do Parque Ferroviário, destinado a homenagear este trabalhador brasileiro, que tanto vem ajudando o progresso da Nação.

Um parque que contenha o "Museu Ferroviário", com uma estrada de ferro em miniatura, com um trem tracionado por uma "Maria Fumaça", não só serviria como ponto turístico, como também um local instrutivo para as novas gerações que surgem e que nunca viram, em funcionamento, as citadas locomotivas que já fazem parte da história e do folclore nacional.

Solicitamos, outrossim, dar-se ciência do teor deste requerimento à Direção da Rede Viação Paraná - Sta. Catarina, bem como à Rede Ferroviária Federal.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Domício Scaramella

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado apelo ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Telepar, Dr. Renato Johnson, no sentido de que aquela autoridade estadual providencie um melhor atendimento aos usuários daquela Companhia no interior do Estado.

A Telepar, por motivos por nós desconhecidos, vem negligenciando seus serviços no "hinterland", em especial aquele que se refere às transferências de aparelhos.

Temos ciência de que, em alguns casos, por mudança de residência ou qualquer outro motivo, o usuário da Telepar, que solicitem transferência de seu telefone, têm que esperar vinte dias ou mais para ter seu aparelho religado, como vem ocorrendo em Arapongas.

Uma companhia que presta semelhante utilidade pública, que é a das comunicações, não pode nem deve se permitir a tais falhas, razão pelo qual apresentamos este Requerimento, esperando a solução do problema.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Muggiati Filho

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Considerando que denúncias constantes são formuladas, em virtude do péssimo atendimento prestado pelo INPS no Município de Ivaiporã;

Considerando que, segundo informações, o INPS não aplica por mês mais de Cr\$ 6.000,00 — de assistência ao referido Município, importância insignificante em relação ao que arrecada;

Considerando a inexistência de serviços radiológicos e cirúrgicos, requer envio de expediente à Superintendência do INPS no Paraná, solicitando providências para melhorar o atendimento.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

Em atenção às inúmeras reclamações provocadas pelos constantes cortes de energia elétrica nos Municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre; Considerando que os referidos "cortes" sem prévio aviso, vem provocando inúmeros prejuízos, Requeiro, na forma regimental o envio de expediente à COPEL, pedindo imediatas providências.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Álvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEIR, seja enviado expediente ao Senhor Nestor Jost, Presidente do Banco do Brasil, solicitando providências por parte do mesmo, no sentido de vir a ser implantado e instalado, serviço de TELEX, na filial do Banco do Brasil, na sede do município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

Por certo não constitui novidade a ninguém, o fato de que Cascavel, na atualidade, é um dos Municípios, que colabora através seus mais diversificados meios de produção agrícola, de maneira preponderante, para que possa o Paraná, ser apontado como um dos Estados celeiros do Brasil.

Tendo sua principal fonte de riqueza, depositada no solo, através do desenvolvimento de uma agricultura consciente, realizada dentro de processos modernos, através aplicação de produtos, máquinas e equipamentos técnicos adequados, consegue não raras vezes safras quase que totais.

Tal fato justifica-se plenamente, pois ali encontram-se sediadas as sete maiores cerealistas do mundo, casos específicos de SAMBRA, CARGIL, CONTI-BRASIL, NEVA, FELIXAL, COIMBRA e ANDERSON CLAYTON.

Durante período de safra ocorre o movimento diário de aproximadamente Cr\$ 6.000.000.000,00 (seis bilhões de cruzeiros).

Trata-se ainda do Município, que tem apresentado nos últimos anos maior crescimento demográfico na região Oeste de nosso Estado, nível este que deve crescer anualmente, acompanhando o crescimento natural daquela região.

Acreditamos, sinceramente, que apresente reivindicação, não poderá deixar de ser atendida, por parte da direção do Banco do Brasil, que de maneira alguma, poderá ficar insensível aos dados aqui apresentados, e, por certo autorizará a implantação daquele serviço, em sua filial de Cascavel e que trará com tal medida, inúmeros benefícios, não somente aos usuários daquele estabelecimento, mas, também ao desenvolvimento mais eficiente dos serviços daquela agência do Banco do Brasil.

Motivado por todas estas razões, solicitamos a devida vênua ao presente Requerimento, por parte dos ilustres membros desta Casa.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer: seja enviado ofício encarecendo a necessidade de asfaltamento da rodovia que liga Cornélio Procopio, Leopoldo e Sertaneja ao Porto Charles Nautal as seguintes autoridades:

- a) — Senhor Ministro dos Transportes;
- b) — Senhor Governador do Estado;
- c) — Senhor Secretário dos Transportes.

Requer ainda que da decisão da Casa seja dado conhecimento aos Senhores Prefeitos e as Câmaras Municipais de Cornélio Procopio, Leopoldo e Sertaneja.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

O Paraná vai seguindo o seu destino. Desde há muitos anos o café imperava como principal produto agrícola e comandava todas as decisões. Os tempos vão passando e juntando ao café, o nosso Estado de fertilíssimas terras passa a ser um dos mais importantes Estados agrícolas do Brasil, produzindo agora em larga escala também o soja e o trigo. Ocorre entretanto que há carência de estradas asfaltadas e assim as regiões localizadas nas proximidades do Estado de São Paulo, vão sentindo o desvio de sua produção que coloca em segundo plano o mercado consumidor paranaense, preferindo outro por possuir melhor estrada para o escoamento. Isto está ocorrendo com certa gravidade no eixo Cornélio Procopio-Leopoldo-Sertaneja. Desde há muito os políticos e administradores dos três Municípios têm batalhado para o asfaltamento do referido trecho.

A atual estrada, de âmbito estadual, não oferece condições de uso. Aberta há muito tempo, o seu traçado não obedeceu normas técnicas e sim se limitou a acompanhar em grande parte os inconvenientes contornos de divisa. Cortando serras e pedreiras em uma estrada de difícil conservação vem sem dúvida nenhuma acarretando entrave para o escoamento de produção das importantes comunas mencionadas, hoje grandemente revalorizadas com a implantação do cultivo de soja e trigo.

As Câmaras Municipais e os Senhores Prefeitos de Cornélio Procopio, Leopoldo e Sertaneja sentindo a gravidade do problema estão encetando movimento para que seja asfaltada com urgência a referida estrada, razão pela qual em mais esta oportunidade vimos renovar o nosso apelo as autoridades para a inclusão em plano prioritário do projeto que autoriza o asfaltamento da referida rodovia.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente Requerimento, estribado em suas funções legislativas, requer à Mesa, após anuência do Plenário, seja endereçada ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, General Mário Portes, o seguinte Pedido de Informações:

- 1) Qual o montante em dinheiro já arrecadado pela entidade responsável pela realização dos exames psicotécnicos no Paraná?
- 2) Do total arrecadado quanto coube ao DETRAN?
- 3) Qual o índice de candidatos reprovados no psicotécnico?
- 4) Qual a percentagem de candidatos reprovados no 1.º teste e posteriormente aprovados?
- 5) A instituição no Paraná, em caráter obrigatório, dos exames psicotécnicos trouxe alguma melhora para o conturbado problema do trânsito em nosso Estado?

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Antonio Belinati

Senhor Presidente:

Esta Assembléia, através de seus Ofícios 45-73, do Gabinete da Presidência e 95-73, da Primeira Secretaria encaminhou ao Poder Executivo pedidos de informações aprovados pela Casa, nos quais pretendia-se respectivamente, obter esclarecimentos sobre a ampliação do sistema telefonico de Curitiba e dos motivos que levaram a SANEPAR a majorar em até 50% as tarifas de água da cidade.

Os expedientes em questão, segundo informações favorecidas pela Diretoria Geral da Assembléia, foram recebidos na mesma ordem, em 16 e 28 de março último pelas autoridades do Executivo a que se destinavam, encontrando-se esgotado, portanto, o prazo deferido constitucionalmente para a resposta a pedidos de informações a partir do qual se enquadram os destinatários nos pressupostos previstos para o crime de responsabilidade.

Não se pretende, agora, usar do remédio extremo da responsabilização penal para cobrar do Executivo as respostas sonegadas, embora tanto fosse possível, eis que o interesse desta Casa não é conturbar a administração mas dela participar de forma positiva e construtiva. Entretanto não pode a Assembléia eximir-se de cobrar o que lhe é devido pelos setores do Executivo, sob pena de inércia de uma de suas únicas forças, o pedido de informações, permitindo a sua desmoralização por via do descumprimento de prazos taxativamente estipulados em lei.

Quando de sua recente visita a esta Casa, afirmou o Excelentíssimo Senhor Secretário de Obras, a quem esta afeto, em última análise, responder os mencionados pedidos de informações que procedimento identico e anterior a ele enviado, havia sido respondido por sua Pasta no prazo devido, mas fora retido no Gabinete da Casa Civil do Governo do Estado. É certo que a retenção do documento, em qualquer setor do Executivo, não exime outro da responsabilização, porquanto não se interrompem os prazos até que a resposta do pedido de informações de entrada no Protocolo da Assembléia Legislativa. Mas, num crédito de confiança ao Engenheiro Osiris Stenghel Guimarães, é justo que se acredite no alegado, e se presume, agora também que tenha ele, cioso como é dos seus deveres respondido igualmente aos quesitos constantes dos dois pedidos de informações referidos, e se encontrem as respostas, por motivos alheios à sua vontade, retidas inexplicavelmente.

As indagações contidas nos pedidos de informações são de alto interesse público e a pronta resposta condiciona a posição do autor dos requerimentos e da Casa quanto a problemas relevantes. No primeiro pedido de informações, questiona-se sobre a concorrência pública hoje anulada em duas instâncias pelo Judiciário, através da qual a TELEPAR deferiu a uma firma o fornecimento de equipamento para a ampliação do sistema telefonico de Curitiba, assunto que ganhou foros de escândalo nacional. No segundo, perguntase, em súmula, os motivos que levaram a SANEPAR a majorar suas tarifas de maneira escorchante descumprindo as recomendações do Governo Federal, de cortar em 12 por cento quaisquer aumentos nos custos de serviços para controle da inflação.

Isto posto, requer-se, agora, ouvida a Casa, encaminhe-se expediente com urgência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado contendo a argumentação aqui exposta, apelando para que cobre de sua assessoria o dever constitucional de responder pedidos de informações oriundos deste Poder, visto que o descumprimento dessa obrigação coloca a administração pública em posição vulnerável até a procedimentos penais, e impede o Legislativo de exercer plenamente sua inviolável missão de representação popular.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Erondy Silvério.

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 76-73
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a reaparelhar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual através do Departamento de Estradas de Rodagem, dotando-os de moderno sistema de comunicação, assistência médica e ambulância.

Art. 2.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, através da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, um aparelho telefonico em cada posto de Polícia Rodoviária Estadual.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente proposição, sr. Presidente, pelo fato por todos sabidos, de que muitos chefes de família tombam mortos nas estradas paranaenses, mais pela falta de assistência quanto aos acidentes do que propriamente dos desastres participados.

Há casos em que um hospital fica a mais de cem quilômetros dos locais das colisões, como é o caso da Rodovia do Café, no trecho Apucarana-Curitiba, onde apenas três cidades estão às suas margens (Califórnia-P. Grossa e Campo Largo).

Os postos da Polícia Rodoviária apenas estão preparados para multar os viandantes. Em casos de acidentes estes policiais se tornam meros espectadores, deixando aos populares a tarefa de atendimento. A PR apenas se prende à documentação dos veículos em tráfego.

Caminhões sem luz, automóveis com freios defeituosos, motoristas embriagados tem livre trânsito, já que o policiamento não se detem nestes fatos.

A aprovação do projeto em tela não onerará, em muito, os cofres do Poder Executivo, com situação privilegiada, neste setor pelo auferimento da taxa Rodoviária que sofreu elevação de 200% de anos para cá. A menção devida ao motorista é um direito adquirido já que ele contribui para tal.

O SR. PRESIDENTE — Esta finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odilon Reinhardt.

O SR. ODILON REINHARDT — Sr. Presidente, srs. Deputados, Cascavel, viveu no último sábado um dia que realmente deve ser considerado, deve ser relatado nesta Casa de Leis.

Tivemos a oportunidade, através da Seção de Distribuição de Medicamentos do Governo Federal por iniciativa da Secretaria de Saúde, através do Secretário Ivan Fontoura, a oportunidade, daquele Município receber medicamentos para distribuição no seu posto de Saúde.

Esta iniciativa inegavelmente, deve ser relatada, pelo fato de que Cascavel, possuindo um maior índice demográfico de todo Paraná, afluindo para aqueles Municípios habitantes oriundos de diversos Municípios do Paraná e também de outros Estados do Brasil nos fez sentir um problema que inegavelmente aflige à toda população, e principalmente, o Serviço Médico daquela localidade. Assim, com esta distribuição, teremos a certeza de que o Posto de Saúde daquela localidade terá assim maior oportunidade de atender aquela população mais sentida e mais sofrida.

Razão pela qual, viemos aqui relatar a esta Assembléia Legislativa tal fato, e nos congratular com S. Exa. o Sr. Secretário de Saúde, por haver na mesma data, inaugurado no Município de Cerro Azul, efetuado a inauguração de um Posto de Saúde que virá também beneficiar a população daquela localidade no Oeste paranaense.

O sr. Secretário de Saúde juntamente com o Prefeito, Sr. Nilo Dein, se dirigiu também ao Distrito de Cerro Azul, e ali também prometeu através de um contato feito com a população, que naquele distrito, também será efetivada a construção de um distrito de saúde, para atender aquela população. Tivemos também a oportunidade nas palavras com o sr. Secretário de dizer que Cascavel, sendo um centro polarizador das atenções, distribuidor da economia daquela região, teria oportunidade de atender como sendo um centro polarizador, conforme afirmei, de ali ser sediado um hospital regional que virá dar atendimento a toda população do Oeste paranaense. Razão pela qual, fizemos este relato e nos parabenizamos com S. Exa. o sr. Secretário de Saúde e sua equipe, que na oportunidade deu a Cascavel uma demonstração de eficiência e sobretudo, deu condições para Cascavel continuar nascendo do progresso, como de resto de todo o Oeste paranaense. A Secretaria de Saúde ao Sr. Secretário, as congratulações do seu representante desta Casa de Leis. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — (Lendo): "Trago à apreciação desta Casa, com relativo atraso, assunto da mais significativa importância. Digo, com atraso, pois toda a imprensa brasileira bem como a maioria das Assembléias Legislativas, já se pronunciou sobre a matéria.

Refiro-me, Sr. Presidente, srs. Deputados, ao "boicote" econômico do Governo do Estado de São Paulo com referência aos jornais "O Estado de São Paulo", e "Jornal da Tarde".

Todos sabem que o Sr. Laudo Natel, antes do "sorteio" que o conduziu ao Governo do Estado de São Paulo, era uma espécie de contínuo do Sr. Amador Aguiar. Assim sendo, por hábito e vocação, levou para as novas funções a preocupação dos interesses menores.

Não sabendo, ou não podendo responder às críticas dirigidas ao seu Governo pelos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", resolveu o Sr. Laudo Natel proibir qualquer publicidade oficial nos mesmos, com o objetivo de pressioná-los, chegando ao ponto de impedir que a VASP, empresa aérea paulista, distribua "O Estadão" entre os passageiros de seus vôos.

O procedimento do pequeno Governador do grande Estado dos paulistas não é original. Aqui mesmo no Paraná, em tempos não muito distantes, idêntico expediente foi utilizado pelo então Governador Haroldo Leon Peres. E todos sabem o que o sr. Leon Peres pretendia esconder e queria evitar.

Não temos dúvidas acerca do julgamento que o povo paulista e o próprio povo brasileiro fazem dos acontecimentos, vindo de um lado o Governador que detesta críticas, que pretende governar em sigilo de erros, e de outro um jornal que, neste e em outros episódios, bem encarnando a liberdade de imprensa e os anseios democráticos de um povo que bem próximo não de se tornar realidade.

Por tudo isto Sr. Presidente srs. Deputados é que propomos à Casa a aprovação do seguinte Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, propõe, à Casa a aprovação de um voto de solidariedade aos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde" face à agressão econômica contra os mesmos promovida, como forma de coação, pelo sr. Laudo Natel, Governador do Estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

I — É do conhecimento geral o "boicote" econômico promovido pelo sr. Laudo Natel com relação aos jornais acima, representantes da melhor imprensa paulista e brasileira;

II — Contrariado no interesse de não ver criticados os seus atos, o governador paulista determinou a suspensão de qualquer publicidade oficial em o "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", chegando à mesquinha decisão de proibir à VASP, empresa aérea paulista, a distribuição dos referidos jornais aos passageiros de seus vôos;

III — Medidas de tal natureza devem ser repudiadas, pois atentam de forma brutal contra os mais elementares princípios de uma imprensa livre e contrariam o direito de crítica a que deve estar submissa qualquer administração, sobretudo aquelas que manejam recursos públicos.

Sala das Sessões, 2 de maio de 1973".

Ao fazê-lo, sr. Presidente, estamos homenageando a melhor imprensa brasileira que, indiscutivelmente, tem atualmente, em "O Estado de São Paulo" o seu expoente máximo. E, ao mesmo tempo repudiando atos mesquinhos como o do sr. Laudo Natel que cobrem de vergonha todos aqueles que pretendem viver em uma Nação culturalmente desenvolvida, na qual pelo menos o democrático direito de crítica seja respeitado.

Pode ser que com o seu pequeno gesto consiga o Governador do Estado de São Paulo um presente mais tranquilo para si, para seu irmão ou para alguma corretora de seguros. Mas se compromete, inarredavelmente face ao futuro. Por estes caminhos que, se no futuro, pretender notícias do sr. Laudo Natel terá de apanhá-las nos esgotos da História".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito sr. Deputado Rosário Pitelli.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Há dias da semana passada assumimos a tribuna para dizer ao Sr. Secretário de Agricultura da falta de sementes que estava ocorrendo por todo o

interior do Paraná, mas principalmente na região de Cornélio Procopio e Sertaneja.

Ocorre, srs. Deputados, que logo ao ter conhecimento do nosso apelo, o Sr. Secretário, pudemos observar através da imprensa, tomou todas as medidas necessárias para que a semente chegasse ao interior a fim de proporcionar a oportunidade aos agricultores, providências sem o plantio de suas lavouras. Sem dúvida nenhuma, isto constitui para nós um motivo de satisfação ao ver que o Sr. Secretário ouviu nosso apelo, tomando todas as providências necessárias.

Por esta razão, queremos ingressar com um requerimento para, se aprovado por esta Casa, ser encaminhado ao Exmo. Sr. Secretário, no seguinte teor: (Lê)

"Senhor Presidente:

Através esta Tribuna foi dirigido apelo ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Agricultura para que fosse providenciada a distribuição de semente de trigo em várias regiões de nosso Estado, e, considerando que:

a) — A imprensa logo a seguir noticiou seguidamente as medidas tomadas pelo Senhor Secretário da Agricultura a fim de que os postos da Café do Paraná pudessem fazer a necessária distribuição;

b) — Considerando, ainda, que as medidas tomadas chegam a tempo de garantir uma boa safra tritícola em nosso Estado, propiciando principalmente a oportunidade do pequeno agricultor não perder o preparo de suas terras;

Requer, após ouvido o Plenário desta Casa, que se registre um voto de congratulações ao Senhor Secretário da Agricultura Nelson Brandão que, assumindo recentemente a direção da importante pasta agrícola paranaense começou a lhe imprimir um dinamismo que há muito vinha sendo reclamado.

Requer, ainda que da decisão da Casa seja dado conhecimento à Secretaria de Agricultura e ao Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1973.

(a) — Rosário Pitelli.

Este, Sr. Presidente, é o Requerimento para o qual pedimos a aprovação dos Nobres colegas, para que seja enviado ao Sr. Secretário da Agricultura.

Outro assunto que vamos abordar aqui, simplesmente para constar dos registros desta Casa, é o movimento que o Sindicato Rural de Cornélio Procopio está fazendo quando o Governo Federal se propõe a fazer a reforma dos Estatutos dos Trabalhadores Rurais.

O Sindicato de Cornélio Procopio, cômico de seus deveres e obrigações e procurando fazer com que as relações entre empregado e patrão possam ser as melhores possíveis, abordou vários aspectos, endereçando telegrama a diversas autoridades, do qual vou ler o teor:

"Sindicato Rural Cornélio Procopio informa vossência projeto lei reforma estatuto trabalhador rural contém interpretações dúbias prevendo continuação deterioração relações patrões e empregados com prejuízos ambas partes e própria produção pt

Artigo segundo define corretamente empregado rural sendo aquele que presta serviço natureza contínua vg mas artigo dezessete contradiz pt Necessário afirmação termos artigo segundo projeto pt

Artigo décimo referente prescrição direitos somente após dois anos cessação contrato trabalho conflita artigo onze consolidação leis trabalho que determina prescrição biennial passada fato gerador pt Direito tributário vg criminal e civil prevêem claramente prescrição sendo insuportável lavoura diferenciação vg ferindo direito igualdade empregados CLT e lavoura pt Situação aposentado Funrural velhice não foi abordada pt Sugerimos quando continuação atividade aposentado prescrição anterior direitos indenizatórios vg sob pena necessidade demissão automática pt Lavoura necessita lei clara definindo empregado em serviço permanente e prescrição biennial passada fato gerador pt"

Ocorre, Sr. Presidente, que a aposentadoria por velhice está criando sérios problemas para o empregador, eis que um empregado, recebendo sua aposentadoria, permanece na propriedade com algum trabalho avulso para seu filho ou parente e passa a ter direito novamente à sua indenização. Isto tem causado problemas porque o empregador não quer ficar como aposentado e esse tem que partir para a cidade e sua aposentadoria não é suficiente para sua manutenção.

Acredito que a intenção do Sindicato Rural de Cornélio Procopio é a de definir uma posição para que empregados e empregadores tenham melhores dias, procurando resolver a contento a situação de nosso trabalhador rural que muito precisa de nosso apoio e de nosso auxílio. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antônio Belinati, quarto orador inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Presidência da Casa um Projeto de Lei obrigando o Governo do Estado a instalar junto aos Postos de Polícia Rodoviária, um serviço de Pronto Socorro, com médico, enfermeira, e tornando também obrigatório para a TELEFAR a instalação de serviço telefônico nos Postos Rodoviários, a exemplo das modernas rodovias. O Pronto Socorro não tem outro objetivo senão o de atender aquelas pessoas que estão em viagem e que acabam sendo vítimas de acidentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na última segunda-feira a Assembléia Legislativa, num dia normal de trabalhos, esteve com suas portas totalmente fechadas. Houve um requerimento nesta Casa pedindo a suspensão dos trabalhos na segunda-feira, em homenagem ao Dia do Trabalho, que se comemorava na terça-feira. Lamentavelmente estávamos atendendo a um telefonema interurbano na hora da votação do referido Requerimento, motivo porque não pudemos dar nosso voto contrário àquela medida absurda, mas queremos deixar aqui nosso protesto, ainda que tardiamente. Mas é bem verdade, Sr. Presidente, que não podemos conceber que sendo feriado nacional numa terça-feira, a Assembléia Legislativa feche suas portas já na segunda-feira, para comemorar um feriado na terça-feira.

Ainda que não houvesse sessão, Sr. Presidente, deveria haver pelo menos um plantão nesta Casa, para que aqueles Deputados que queiram trabalhar, não fiquem expostos ao ridículo, como ficaram alguns parlamentares na última segunda-feira, com pessoas chegando do interior, voltando na porta da Assembléia Legislativa, porque o edifício sede do Poder Legislativo estava fechado em plena segunda-feira, dia de trabalho, sem um plantão, sequer, para que os Deputados pudessem encaminhar as pessoas que chegam do interior.

Como dissemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tivemos oportunidade de votar aquele Requerimento. Se tivéssemos tido, teríamos votado contrariamente, porque entendemos que se o feriado é na terça-feira, segunda-feira é dia de trabalho e não dia para se fechar a Assembléia Legislativa, sem

uma pessoa sequer para que aqueles que queiram trabalhar possa entrar e dar melhor atendimento ao povo do interior que aqui vem.

Queremos, Sr. Presidente, apelar a V. Exa., para que numa outra situação, se houver solicitação idêntica, se possível V. Exa. não aceite requerimento desta natureza, porque acreditamos nós que talvez tenha sido a Assembleia do Paraná a única no Brasil que fechou totalmente suas portas na segunda-feira. Não somos contra o fato de que não houvesse sessão na segunda-feira, poderia haver trabalho nas Comissões, mas que houvesse pelo menos um plantão para atendimento às pessoas que vêm do interior, porque muitas delas voltaram decepcionadas na segunda-feira, porque encontraram, numa segunda-feira de trabalho, as portas da Assembleia totalmente fechadas.

Sr. Presidente, um outro requerimento que estamos encaminhando, é dirigido ao Diretor do Detran, pedindo informações a respeito do famigerado exame psicotécnico. No nosso pedido de informações, indagamos do Sr. Secretário de Segurança qual o volume de dinheiro arrecadado pelo DETRAN com exames feitos por entidades particulares e desejamos saber também quantas entidades já arrecadaram com esses exames, quanto coube ao DETRAN, qual o percentual de candidatos aprovados no psicotécnico, qual o índice de candidatos reprovados no primeiro teste e que posteriormente foram aprovados. É mais uma pergunta, se a instituição do exame psicotécnico no Paraná, para motoristas profissionais e amadores, trouxe alguma melhoria para o conturbado trânsito de nosso Estado.

Porque, pelo menos à primeira vista, do psicotécnico não melhorou o trânsito nem na Capital nem no Interior do Estado.

Estamos preparando, Sr. Presidente, um Pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito contra o DETRAN que está numa campanha desenfreada, violenta e absurda para multar e não para orientar o trânsito.

Temos em mãos a fotocópia de uma multa que o DETRAN aplicou recentemente em Curitiba à semana passada. Ela diz respeito a um carro Volkswagen, placa AG-00-25 — não conhecemos o proprietário desse veículo. A multa diz que o carro foi autuado porque havia estacionado na Praça Osório, e ali nenhum veículo pode estacionar porque é privativo da firma comercial Engenson. Este o maior absurdo que poderíamos verificar em Curitiba, o Diretor do DETRAN protegendo uma firma comercial. Fala-se pela rua que essa é uma firma onde alguns políticos têm certa influência como Diretores ou como Relações Públicas. A verdade é que o DETRAN e a firma Engenson ignoram que o Conselho Nacional de Trânsito acabou, em todo o Brasil, com os Estacionamentos Privativos, os existentes somente nas áreas de segurança.

Além dessa atuação tivemos conhecimento pela imprensa de Curitiba que o DETRAN multou no ano de 1969 um automóvel cuja fabricação era de 1971. O proprietário do veículo foi revalidar o emplacamento e verificou que tinha uma multa de 1969, quando seu carro é de 1971.

Outra atuação absurda do DETRAN. Um médico de Curitiba, estacionou seu trailer defronte à sua residência. O DETRAN foi lá e guinchou o trailer e mandou a guia de guinchamento ao proprietário em sua casa dizendo que foi o trailer guinchado porque estava abandonado em via pública de nossa Capital.

Até parece piada. Um médico estaciona seu trailer defronte à sua residência e o DETRAN guincha e manda a guia dizendo que o guinchou porque estava abandonado e o seu proprietário ignorado.

Como era ignorado o proprietário se o DETRAN mandou a comunicação na residência desse médico?

Vemos que o que está sendo feito pelo DETRAN vai nos levar a solicitação aos Srs. Deputados de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para que o Sr. Marcos Prado possa saber que esta Casa está vigilante.

Lembramos também, nesta oportunidade, o tratamento desrespeitoso que vem sendo dispensado a alguns membros desta Casa. Recentemente em Brasília um policial foi desleal com um Parlamentar. O próprio Governador do Distrito Federal compareceu pessoalmente ao Congresso Nacional para desculpar-se pela deslealdade daquele policial. No Paraná ocorre exatamente o contrário por parte do Diretor do DETRAN. Os abusos se sucedem. Por isto nada melhor que uma CPI para chamar a responsabilidade aqueles que estão abusando em nome da lei. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para o Pequeno Expediente. ao Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A assertiva de que estamos assistindo no Paraná um desgoverno não é mentirosa, injusta ou irresponsável. A cada dia nos convencemos mais de que, realmente, o Paraná é um Estado a sofrer as consequências de um desgoverno. É necessário levar a sério, declarações do Diretor da SERFHAU Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que proferiu no Município de Londrina a Prefeitos do Norte do Paraná, declaração que compromete decididamente os homens responsáveis pela administração pública do Estado do Paraná.

Afirmou o Sr. Raul Sera, Diretor da SERFHAU, que o Governo Federal dispõe de recursos imensos para aplicar no Paraná, e que só não faz porque o Estado não apresenta projetos técnicos. "Há dinheiro sobrando para ser aplicado nos mais diversos setores paranaenses, desde o asfaltamento de estradas ao saneamento, mas falta planificação no Estado em nível compatível com os órgãos federais, acrescentou o Delegado da autarquia do Ministério do Interior.

Discorrendo sobre o sistema viário do Estado Hirt Sera ressaltou que "só temos 2.500 quilômetros de estradas asfaltadas, numa região que vai desde Cascavel a Londrina. O Governo Federal sabe que o Paraná precisa de estradas pavimentadas e quer aplicar recursos aqui, mas o Estado não apresenta os projetos. Os órgãos planejadores do Paraná, não têm com quem dialogar no Paraná, dada a inexistência de setores similares em âmbito estadual, Ministros, ao visitar o Paraná, não têm com quem trocar idéias em nível técnico sobre o que o Estado precisa. No Paraná, não existe um Secretário do Interior, um Secretário de Indústria e Comércio", prosseguiu o diretor do SERFHAU. "Não existem, enfim, repartições que realizem planejamento em setores de suma importância para a economia estadual. Às vezes, recursos preênciados para o Paraná deixam de ser aplicados aqui, por falta de planejamento, e são revertidos para outros Estados, que sabem como atrair tais recursos com projetos compatíveis".

Assinalou também que "há pouco tempo um órgão federal da área do saneamento, instalado no Paraná, quase foi retirado do Estado, pois este não elaborava projeto algum para utilizar o dinheiro. As autoridades argumentaram que se o Paraná não tinha interesse em aplicar recursos para sanear, outros Estados tinham necessidade disto".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, declaração da maior seriedade que fazem

com que cheguemos a uma conclusão, ser a administração pública do Estado do Paraná, irresponsável, de estar a comprometer os nossos objetivos de desenvolvimento, e de progresso.

Esperamos uma explicação, esperamos um pronunciamento por parte do poder público estadual. Esta omissão, esta ineficiência, esta irresponsabilidade é inadmissível, não podemos aceitar tamanha inoperância e incompetência e os responsáveis pelos destinos do Estado do Paraná.

Era o que tínhamos, Sr. Presidente, para que ficasse nos Anais desta Casa, pronunciamento de tamanha importância, por parte de um Diretor de órgão federal em relação à administração pública de nosso Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tem sido nossa preocupação constante, a implantação de indústrias de pequeno e grande porte em nosso Estado.

Assim é que já fizemos vários pronunciamentos nesta Casa, todos versados dentro deste critério.

Hoje, por termos recebido uma série de solicitações de agricultores, do Oeste e Sudoeste: Palotina, Cândido Rondon, Toledo, etc., nós chegamos à conclusão de que deveríamos fazer um pequeno pronunciamento submetendo-o à apreciação dos Srs. Deputados e posteriormente, se aprovado, endereçarmos Telex ao Banco do Brasil, uma vez que o assunto que ventilamos entendemos é de transcendental importância.

O Estado do Paraná apesar dos esforços contínuos para promover a sua industrialização, o Setor Agrícola ainda é o mais representativo com 45% na participação do produto estadual.

Mesmo com o café, ainda sendo o principal produto paranaense, a nossa produção agrícola hoje já apresenta uma diversificação bastante acentuada. Essa diversificação tem sido possível dada a extraordinária capacidade de resposta da economia paranaense, aos estímulos nela aplicados. Dessa forma, o Paraná apresenta todas as considerações para se constituir em um dos principais polos agro-industriais do País, posição essa que vem conquistando paulatinamente.

Em 1971, com apenas 7,4% da população brasileira e ocupando apenas 2,3% do território nacional, participou com 23% do total da produção agrícola brasileira e, aproximadamente, 23% das exportações.

O extraordinário crescimento da produção de soja, milho, trigo, menta e do amendoim, as perspectivas altamente promissoras para a cultura do sorgo que começa a desportar; tem sido efetuado praticamente sem a ação decisiva do Poder Público, principalmente nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado. Com a extinção da fronteira agrícola estadual, a manutenção do Estado. Com a extinção da fronteira agrícola estadual, a manutenção do ritmo de crescimento da agricultura está diretamente vinculado à utilização de insumos modernos e máquinas agrícolas, tendo em vista o aumento de sua produtividade.

Por outro lado, o Parque Industrial paranaense ainda não dispõe de indústrias produtoras de equipamentos pesados para a agricultura, apesar de existirem duas condições básicas para a localização desse tipo de indústrias: ou sejam, um amplo mercado regional e uma infraestrutura de apoio; adequada rede de transportes, disponibilidade de energia elétrica e rede de comunicações.

Existe um protocolo de intenções entre a New Holland & Clayson — Máquinas Agrícolas Ltda., o Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Curitiba, para a sua implantação ainda no transcorrer desse ano, visando a produção de Colheadeiras Clayson 1530, assim como outros implementos agrícolas e constantes de sua linha de produção.

Para tanto a New Holland & Clayson — Máquinas Agrícolas Ltda., se instalaria em uma área de 15.000 m², no Distrito Industrial de Curitiba, prevendo-se o início das operações para fevereiro de 1974, devendo em 1975 apresentar um índice de nacionalização de seus produtos de 95%, sem que represente pagamento de "royalties" e despesas com assistência técnica, e que representará indiscutivelmente um substancial avanço para a tecnologia agrícola brasileira, além de possibilitar a criação de aproximadamente 500 empregos diretos.

Contudo a instalação dessa indústria no Paraná, sem dúvida alguma de alta significação para o Estado, está até certo ponto na dependência de que o Banco do Brasil S. A., amplie o teto de financiamento ao agricultor para 75 a 80% do preço da colheadeira, mesmo sem apresentar o índice de nacionalização exigido. Conforme tivemos oportunidade de observar, e também nos foi relatado por agricultores da região Oeste do Estado, nas cidades de Toledo, Palotina e Marechal Cândido Rondon, a colheadeira Clayson 1530 se adaptou às culturas e topografia próprias do Estado.

Sendo assim, apresentamos à consideração desta Casa, um requerimento solicitando o envio de Telex ao Sr. Nestor Jost, Diretor Presidente do Banco do Brasil S. A., e Benedito Fonseca Moreira, Diretor da Carteira de Comércio Exterior — CACEX — no qual esta Assembleia solicita a ampliação entre 75 a 80% do teto do financiamento ao agricultor, com referência à aquisição da Colheadeira Clayson 1530, bem como expediente ao Sr. Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado, solicitando seu empenho junto às autoridades do Banco do Brasil para ampliação do teto de financiamento para este tipo de Colheadeiras.

O requerimento não será necessário ler porque versa sobre o assunto que enfocamos.

O assunto, entendemos nós, é de alta relevância, pedindo, em telegrama dirigido ao Sr. Nestor Jost e ao Sr. Benedito Moreira, que o teto do financiamento ao agricultor seja ampliado entre 75 a 80%.

Esses telex seriam endereçados hoje, se a Casa entender assim, porque o assunto é relevante, uma vez que entendem que em São Paulo conseguirão o benefício que no Paraná não conseguiram.

Tenho certeza de que as Máquinas Agrícolas, instaladas em Curitiba, dariam 500 empregos diretamente a inúmeros trabalhadores, uma vez que existe mão de obra ociosa em Curitiba e em todo o Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito. Sr. Deputado Erondy Silvério.

Não se encontrando presente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cândido M. de Oliveira Neto.

O SR. CANDIDO M. DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Ocupamos a Tribuna neste instante apenas para prestar um esclarecimento que entendemos devido e necessário.

Ocorre que, no Pequeno Expediente desta Sessão, o eminente Deputado Alvaro Dias, fez uso da palavra tecendo críticas ao Governo do Estado. críticas quanto ao pronunciamento do Sr. Raul Hirt Sera, Diretor do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, SERPHAU, alegando o Sr. Deputado Alvaro Dias, pelas informações que tinha, que essa autoridade federal havia se referido ao Governador do Estado em termos de que o Paraná perdera inúmeros recursos em vista de não haver apresentado planejamento específico que carrearía para nosso Estado vultosa verba.

Ouvindo, com a atenção e o respeito que o Sr. Deputado Alvaro Dias sempre mereceu de nossa parte em seus pronunciamentos, lembraram alguns Deputados da Arena que o jornal "O Estado do Paraná", de 1.º de maio deste ano, de outro lado, havia estampado em uma de suas páginas internas, uma entrevista daquela autoridade com respeito ao que referiu o Deputado Alvaro Dias.

Portanto, para que conste dos Anais desta Casa, gostaria de ler trecho dessa entrevista, opondo as palavras da própria autoridade citada pelo Deputado Alvaro Dias, às suas palavras.

Diz o seguinte a notícia: (Lendo). "O Diretor do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (Serphau) desmentiu ontem declarações atribuídas a ele, em Londrina, quando teria afirmado que o Governo Federal não aplica recursos em nosso Estado devido à falta de projetos técnicos: "como poderia eu dizer que o Paraná nada projeta, se uma das primeiras preocupações do Governador Parigot de Souza foi criar a Coordenação de Planejamento Estadual?"

Ainda sobre a "capciosa interpretação dada às minhas palavras, pronunciadas durante encontro com Prefeitos da Região Norte", disse o Sr. Raul Hirt Sera que "nunca o diálogo a nível técnico entre União e Estado foi mais forte do que agora". E lembrou que o projeto SERPHAU ajuda a financiar atualmente importantes projetos do Governo do Estado, "casos específicos do PDU — Política de Desenvolvimento Urbano, e do Projeto Noroeste, que trata do problema da erosão no Noroeste do Paraná".

Então, — completou ele — como é que eu diria que não existem planos, se até o Serphau financia muitos deles? Daí porque não consigo entender a razão desse assanhamento em torno de minhas palavras".

Segundo o Diretor do Serphau ele apenas procurou deixar bem claro aos Prefeitos com quem esteve reunido no último sábado em Londrina, que hoje "também os Municípios precisam criar seus órgãos técnicos, para elaboração de projetos próprios. Por isso, da pauta de assuntos constou a formação das Associações de Municípios, conforme proposição do Serphau e Sudeul, que já dividiram o Paraná em 16 micro-regiões homogêneas.

"Inclusive — disse ele — citei dois exemplos de como se pode conseguir financiamentos federais para obras que, através de associações de Municípios, venham a atender interesses regionais". Os exemplos citados foram a Central de Abastecimento de Londrina e o Conselho de Municípios para atender problemas de assistência social (menor abandonado). Esses dois projetos poderão ter o apoio do Serphau porque se enquadram perfeitamente dentro de orientação do órgão.

Por outro lado afirmou o sr. Raul Hirt Sera que "a reunião de Londrina existiu para tratar de assuntos relativos a problemas municipais e não discutir a eficiência ou ineficiência do Governo do Estado, pois não sou eu o mais credenciado para isso". E acrescentou: "Mas, entre isso e dizer que o Governo do Estado nada fez em matéria de planejamento vai uma grande distância. Pois o Paraná hoje se destaca — e muito — nesse setor".

Só para exemplificar, mencionou que "pela primeira vez na história administrativa do Estado, o Paraná ganhou dois importantes cargos na Sudeul, que são a Chefia do Departamento de Infra-Estrutura e a Direção da Assessoria de Planejamento, o que demonstra claramente o interesse do professor Parigot de Souza em planejamento".

Para Raul Hirt Sera, graças ao PDU (Política de Desenvolvimento Urbano), "também pela primeira vez os Municípios terão diretrizes para planejamento e orientação para execução das obras mais necessárias. E esse plano foi começado durante a atual administração, em convênio entre Sudeul, Serphau e Governo do Estado. Plano que deverá ser entregue dentro de aproximadamente dois meses ao Governador do Estado e que já mereceu, inclusive, as atenções da Organização dos Estados Americanos — OEA".

Finalizando, afirmou o Diretor do Serphau no Paraná, que muitos outros exemplos poderiam ser citados sobre o número de projetos hoje existentes no Estado, "graças ao formidável trabalho de adequação da máquina administrativa estadual. Daí porque não seríamos nós quem iria negar isso, apesar dos esforços de alguns em fazer parecer que era essa nossa intenção".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica portanto o esclarecimento, data vinda das palavras do eminente Deputado Alvaro Dias, do próprio Diretor do Serphau. Deve ter havido, por porte dos informantes do eminente Deputado alguma distorção relativamente às palavras do Sr. Diretor do Serphau neste Estado.

O Sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nossa estranha, nobre Deputado, a atitude do Diretor do Serphau. Fico meditando. Será que pensou ao pronunciar aquelas palavras que elas não seriam julgadas ou será que muda rapidamente o seu conceito a respeito de determinadas coisas. Ele afirmou o que lemos da Tribuna e foi divulgado pela imprensa em detalhes tão minuciosos que seria impossível pensar em erro de interpretação às palavras do Diretor do Serphau. Realmente, ele procurou, junto aos Srs. Produtores, desculpar-se ou, pelo menos, justificar a ausência de recursos federais no Paraná colocando a culpa totalmente no Governo do Estado.

Ele mudou rapidamente a sua maneira de pensar a respeito. Estranho sinceramente porque um homem que ocupa um cargo de tão relevante importância deve se responsabilizar pelo que diz e não pode fazer afirmativas irresponsáveis.

Falou-se em combate à erosão através um Convênio com o Paraná. Talvez exista Convênio neste sentido. Apenas para alertar, quero dizer a V. Exa. que acompanhei, por intermédio da imprensa, o trabalho iniciado na cidade de Cianorte de combate à erosão. Cansada de esperar ajuda por parte de órgãos superiores a Prefeitura iniciou, com recursos próprios, o combate à erosão e talvez sem assistência técnica necessária para a realização de obra de tamanha importância.

Quero apenas, nobre Deputado, Líder do Governo, dizer que recebo suas palavras com toda a naturalidade, mas não posso deixar de expressar aqui a minha estranheza em relação a atitude do Diretor do Serphau, que ora diz uma coisa e posteriormente desmente suas próprias palavras.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, eminente Deputado Alvaro Dias, V. Exa. trazendo ao conhecimento da Casa pronunciamento que teria sido emitido pelo Diretor do SERPHAU, colocando o Go-

verno do Estado em situação difícil, diante da sua falta de operosidade no setor de planejamento cumpriu com o seu dever de Deputado de oposição, trazendo os esclarecimentos que entendo definitivos. Porque esta entrevista que acabei de ler foi estampada em vários órgãos de imprensa da Capital, da mais alta responsabilidade, como é o jornal citado por V. Exa. de Londrina. Acho também que cumpri com o meu dever, como Deputado. Líder da Bancada do Governo nesta Casa.

Entendo perfeitamente a posição de V. Exa. apenas, o desejo de esclarecer à Casa, para que conste dos Anais da própria Assembléia Legislativa, as palavras do Sr. Diretor do SERPHAU, é que fiz a leitura deste pronunciamento, na certeza de que o assunto está de uma vez por todas, esclarecido. Agradeço a gentileza do aparte de V. Exa. e a atenção dos eminentes Deputados. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apreciado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 241-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, que cria um Ginásio Estadual no Distrito de Ademar de Barros, Município de Terra Rica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 272-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Santa Maria, Distrito de Alto Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 80-71, de autoria do Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo, criar na sede do Município de Icaraima uma Escola Normal de grau colegial, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 86-72, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 26-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1.º, da Lei n. 6.174, de 16-11-70, dispondo sobre a criação de um Curso de Ciências Biológicas na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Cidade de Jacarezinho. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 274-70, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Ivatê, Distrito de Umuarama. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 274-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Estadual de Ivatê, Distrito de Umuarama, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de setembro de 1970.

a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O Brasil inteiro entrou numa fase de mobilização de todos os recursos materiais e humanos para a Educação. Vivemos numa região nova em nosso Estado e sentimos que para acompanhar o ritmo do progresso material, do desenvolvimento, faz-se necessário dar os elementos básicos, para que a geração que nos sucederá, possa elevar cada vez mais ainda o Estado e a Nação para o grande destino que lhe está reservado entre as nações. Estamos por esta razão propondo à consideração dos nobres pares a criação de um Ginásio Estadual no próspero município de Umuarama, no Distrito de Ivatê.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 274-70

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Cria o Ginásio Estadual de Ivatê, Município de Umuarama.

PARECER

No projeto em tela, que visa autorizar a criação do estabelecimento de ensino temos que relevamos os seguintes pontos:

1.º — É política do Governo Federal e Estadual, a ampliação tanto quanto possível da rede de ensino em todos os seus graus, razão pela qual dezenas de estabelecimentos vem sendo criados, inclusive movimentos meritórios, como o Mobral, visando atingir até mesmo os que não podem chegar a escola, indo ela, até eles.

2.º — O Deputado Estadual é o legítimo representante do Povo que sente "in loco" os problemas e, no caso, o educacional, sendo ao nosso ver o que possui o mandato do povo, para equacionar a necessidade local de um novo estabelecimento de ensino;

ASPECTO CONSTITUCIONAL

3.º — Está havendo uma controvérsia quanto a competência ou não da Assembléia Legislativa em tratar do assunto em análise, sob a afirmação de que a Casa não pode tomar a iniciativa de autorizar ou criar um estabelecimento, baseados na interpretação dos textos constitucionais que abaixo citamos:

4.º — A Constituição Federal em seu artigo 65 dispõe:

"É da competência do Poder Executivo a iniciativa das leis orçamentárias e das que abram créditos, fixem vencimentos e vantagens dos servidores públicos, concedam subvenção ou auxílio ou, de qualquer modo, autorizem, criem ou aumentem a despesa pública".

5.º — Este dispositivo é repetido em nossa Constituição Estadual em seu artigo 47:

"Campete privativamente ao Governador:

I — Iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre a matéria financeira, criem ou extingam cargos, funções ou empregos públicos,

aumentem os vencimentos e vantagens dos servidores ou acrescem a despesa bem como fixem ou modifiquem os efetivos da Polícia Militar".

O fundamento que se baseia na contraditória é a que a "lei autoriza despesas".

ANÁLISE DA CAUSA EM QUESTÃO

6.º — É preciso que distingamos perfeitamente o sentido da lei em tese e o que ocorre na prática, isto é, no mecanismo que se processa da autorização até o funcionamento de um estabelecimento educacional, senão vejamos:

- a) — fase autorizatória: não implica em nenhuma despesa, se não apenas a fase inicial de um estudo localizado do problema;
 - b) — fase de criação: a criação de um estabelecimento também em nada compromete financeiramente o Estado, senão na fixação pública do Governo de que criará, condicionando ao tempo necessário e as condições técnicas, o estabelecimento requerido pela população;
 - c) — fase de instalação: é a fase em que o Estado tem que ter tudo previsto para o início do funcionamento, que se dá com este ato. que passará a depender de recursos financeiros, portanto de despesas;
 - d) — fase de funcionamento: é aquela em que normalmente decorre o trabalho do ensino sob a égide e nome do estabelecimento com despesas normais de professores, funcionários etc.;
- Vê-se, pela exposição clara e objetiva de que não há nenhum dispositivo constitucional, quer Federal ou Estadual que seja contrário a autorização legislativa, que não implica em nenhuma despesa, mas assim, no mero início público e oficial do equacionamento do problema, sendo portanto matéria de ordem geral, cuja faculdade é prevista na Constituição Estadual, artigo 21, onde são estabelecidas as atribuições do Poder Legislativo:
- "I — Legislar sobre as matérias de competência do Estado".

ASPECTO LEGAL

O nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, em seu brilhante parecer, dispôs que o projeto em tela vinha colidir com a Lei normativa 4.178, em seu artigo 30, de 5 de dezembro de 1964. Sistema Estadual de Ensino — data vênha aos argumentos ali expedidos, discordamos de que isto ocorra pelo seguinte:

- a) — A mera autorização legislativa não colide de forma nenhuma com o artigo invocado do Sistema Estadual de Educação que diz: "Os estabelecimentos oficiais de ensino de grau primário e médio a serem manditos pelo Estado do Paraná, serão criados por decreto do Poder Executivo, por proposta da Secretaria de Educação e Cultura".
- b) — Observa-se de que a "fase autorizatória" que envolve o presente projeto de lei, é fase anterior a criatória, que envolve o artigo 30 da lei 4.178. Daí observa-se que esta lei é uma extensão, um prosseguimento àquela que autoriza.

Encerradas as observações quanto a lei autorizatória, analisemos a criação.

A lei 4.178, nada mais é de que um dispositivo votado pela Casa, em função da legislação vigente, sendo por outro lado a "lei que cria" um estabelecimento educacional paralela a esta genérica, com a grande vantagem de tirar o caráter geral, para fixá-lo no particular — criar o estabelecimento no "lugar tal" visando o atendimento do povo.

Não há nenhum dispositivo nesta lei que proíba a Assembléia de autorizar ou criar um estabelecimento educacional, pois se isto ocorresse, o texto teria que ser "só serão criados por decreto do Poder Executivo, mediante proposta da Secretaria de Educação e Cultura", o que não ocorre no caso.

Finalmente, observada a inexistência real de dispositivos conflitantes, quer de ordem constitucional ou legal, opinamos pela aprovação do presente projeto de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 13 de julho de 1971.

aa) Wilson Brandão — Presidente
Igo Iwant Losso — Relator

Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Cândido Manoel M. de Oliveira

COMISSÃO DE FINANÇAS

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Cria o Ginásio Estadual de Ivatê, distrito de Umuarama.

PARECER

Meramente autorizatório, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance quanto ao mérito, somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente
Ovídio Franzoni — Relator
Santos Lima — Gabriel Manoel

INSTRUÇÃO PÚBLICA

AUTOR: Dep. Wilson Fortes

SÚMULA: Cria no município de Umuarama, o ginásio estadual.

PARECER

1. Pretende o autor do projeto em apreciação, que se crie no distrito de Ivatê, município de Umuarama, um ginásio estadual, para funcionar a partir do próximo ano.

2. O desenvolvimento e progresso do Estado deve basear-se na educação, devendo esta, ser largamente implantada, principalmente nas regiões interiores.

3. Desta forma, somos pela aprovação do presente plano de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1973

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Rosário Pitelli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 114-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que autoriza o Poder Executivo, criar um Ginásio Estadual, no Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 114-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Município do Dr. Camargo, um Ginásio Estadual, com funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1971

a) Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

O Município de Dr. Camargo ressentia-se, de há muito, da criação de um Ginásio Estadual, muito embora municípios vizinhos apresentem conquistas várias no campo educacional, a exemplo de Ivatuba, Orizônia e Floresta, dotados de Escolas de Comércio, Ginásios e Escolas Normais, logrando a almejada formação de Contabilistas e Normalistas.

A ausência do pretendido Ginásio Estadual vem importando em sacrifícios financeiros para pais de alunos que se vêm na contingência de gastos com transportes dos mesmos para municípios vizinhos e distantes, a fim de não perderem o ano letivo. Nada menos do que três mil cruzeiros (3.000,00) mensais são dispendidos para tal fim.

Sendo propósito deliberado do atual Governo do Estado o amparo, por todos os meios e modos, à Educação, nada mais justo do que o atendimento desta reivindicação. Convém frisar que o Município de Dr. Camargo oferece as melhores condições para assegurar o ideal funcionamento do aludido Ginásio, para tanto aproveitando os serviços de professores licenciados de Maringá, os quais dispõem de meio de transportes rápido por via asfáltica.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 114-71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Município de Dr. Camargo, para funcionar no próximo ano letivo.

PARECER

O Projeto em tela vem articulado e justificado, atendendo exigência contida no Regimento Interno.

Referida iniciativa não contraria qualquer preceito, quer de ordem legal, quer de ordem constitucional.

Verifica-se, por outra parte, que a matéria não é nada mais do que simples autorização legislativa.

Quanto a oportunidade, nada à opor.

Assim sendo, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1971

aa) Wilson Brandão — Presidente

Igo Losso — Relator

Emílio Carazzai — Arthur de Souza — Cândido M. de Oliveira — Vendido — Acyr José

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 114-71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo, criar um ginásio estadual, no Município de Dr. Camargo, para funcionar no ano letivo de 1972.

PARECER

Meramente autorizatório, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, razão pela qual somos pela sua aprovação.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em... de outubro de 1971

aa) Leopoldo Jacomet — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Gabriel Manoel — Santos Lima

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 114-71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a criar no Município de Dr. Camargo, um Ginásio.

PARECER

1.) Pretende o autor do projeto, autorizar o Poder Executivo, a criar no Município de Doutor Camargo, um estabelecimento de ensino ginasial.

2.) Sabendo-se que o ensino é a meta maior de qualquer administração pública, somos pela aprovação do presente plano de lei.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em...

aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator

Rosário Pitelli

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 118-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão, que cria no Bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual para funcionar no ano letivo de 1972. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 118-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1971.

a) — Deputado Wilson Brandão

JUSTIFICATIVA:

Maringá Velho é o bairro pioneiro do Município de Maringá, pois ali brotaram as primeiras casas da sede municipal e se fixaram as primeiras famílias. Tornar-se-iam elas, em curto lapso de tempo, instrumentos valiosos de trabalho construtor, vanguardas nas conquistas progressistas da Cidade Canção. Justo, portanto, que como medida de justiça o populoso bairro venha a contar com um Ginásio Estadual, dess'arte tornando ali presente o Ensino a ser distribuído a considerável número de crianças em idade para enfrentá-lo. Ademais, é de considerar-se que as crianças de Maringá Velho se vêm obrigadas a uma deslocação difícil e onerosa, de vez que tem de recorrer a Ginásios em bairros muito distantes. A par do custo de passa-

gens de onibus, o fato provoca problemas de segurança para a juventude estudantil de Maringá Velho.

Há que adiantar-se, também, que os Ginásios com atividades em área central da cidade de Maringá estão com excesso de alunos, assim criando sérios problemas de matrículas. Com a criação do Ginásio de Maringá Velho o problema resolver-se-ia de forma ideal. Área de terreno para construção já está como demonstração de interesse em torno desta reivindicação, não só de parte do Poder Municipal como de seus habitantes, em número superior a dois mil.

As razões expostas, confia o signatário, merecerão atenção e prestígio bastante para acolhida ao pretendido.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 118-71

AUTOR: Deputado Wilson Brandão
SUMULA: Autoriza criação de ginásio.
PARECER

1.) Subscrito pelo nobre Deputado Wilson Brandão, o projeto em exame objetiva autorizar o Poder Executivo a criar um ginásio em Maringá, no bairro de Maringá Velho, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2.) Tratando-se de mera autorização legislativa, nada obsta a sua aprovação, do ponto de vista legal.

É o parecer, sub censura.

Sala das Comissões, em 17 de novembro de 1971.

aa) Muggiati Filho — Presidente
Odilon Reinhardt — Relator
Sebastião Rodrigues
Borsari Netto
Candido M. de Oliveira
Emílio Carazzai
Armando Queiroz

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N. 118-71

AUTOR: Dep. Wilson Brandão
SUMULA: Cria, no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um ginásio estadual para funcionar no ano letivo de 1972.

PARECER

Meramente autorizativo, o presente projeto de lei não traz nenhuma implicação de ordem financeira.

De alto alcance, quanto ao mérito, somos pela aprovação da presente proposição.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 1971

aa) Leopoldo Jacomel — Presidente
Fuad Nacli — Relator
Ovidio Franzoni
Gabriel Manoel.

Comissão de Instrução Pública

AUTOR: Dep. Wilson Brandão

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo, a criar Ginásio Estadual, em Maringá.

PARECER

1.) Pretende o autor do presente plano de lei autorizar o Poder Executivo, a criar no bairro de Maringá Velho, Comarca de Maringá, um Ginásio Estadual, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

2.) Sendo a educação um ônus estatal necessário ao desenvolvimento e progresso da Região, somos pela aprovação do projeto de lei em tela.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em

aa) Antonio Lopes Júnior — Presidente
Alvaro Dias — Relator
Rosário Pitelli.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 262-71, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 41-71, encaminhando anteprojeto de Lei, dispondo que a Secretaria da Fazenda regulará mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e CONTRÁRIO da C.F. — Aprovado.

MENSAGEM n.º 41-71

PROJETO DE LEI N. 262-71

Curitiba, 22 de outubro de 1971.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei, dispondo que a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, regulará mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira objetivando, ainda, o anteprojeto, a revogação da Lei n.º 5.516 de 16 de fevereiro de 1967.

A inclusa cópia autêntica do ofício n.º 958-71, de 20 de setembro, próximo passado, diz da motivação necessidade e oportunidade da medida ora proposta a essa Augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que o Plano de Lei ora encaminhado a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Wilson Figueiredo Fortes

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

N/Capital

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — A Secretaria da Fazenda regulará, mediante instrução, o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira.

Art. 2.º — Fica revogada a lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967;

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 262-71

MENSAGEM GOVERNAMENTAL N. 41-71

SUMULA: Encaminha anteprojeto de Lei, dispondo que a Secretaria da

Fazenda regulará, mediante instrução, o controle Fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira e dá outras providências.

PARECER

O presente projeto de lei, tem por objetivo atribuir à Secretaria da Fazenda, competência de regular o controle fiscal relativo à circulação de toras de qualquer espécie de madeira.

Em seu artigo 2.º, revoga a Lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967, que proibiu a saída de toda e qualquer espécie de madeira em toras, do território do Estado.

A medida encontra amparo na deliberação tomada na reunião de Secretários da Fazenda e o Ministro da Fazenda, realizada em Brasília, no sentido de que os Estados da Bahia, Mato Grosso e Paraná, suprimam a proibição por ser a mesma contrária à Constituição Brasileira.

Não havendo preceito legal ou constitucional que obstacule a concessão do pleiteado, opinamos favoravelmente a sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24 de maio de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente

Emílio Carazzai — Relator

Erondy Silvério

Luiz Roberto Soares

Basilio Zanusso

Maurício Fruct

Ovidio Franzoni

Cândido M.M. de Oliveira

Comissão de Finanças

PARECER

O presente projeto de lei, vindo ainda, em 1971, por determinação do então Governador Haroldo Leon Peres, visa revogar a proibição de saída de toras para fora do Estado. Entendo que o Estado deve preservar a sua reserva florestal que já escasseia e utilizar apenas para ser aqui manufaturada. Não deve ser revogada a justa medida proibitiva de saída de toras para fora do Estado. Houve uma deliberação de secretários da Fazenda que diz ser a proibição contrária ao art. 160 da Constituição Brasileira. Não vejo em que fere aquele dispositivo constitucional.

Diz o art. 160 que a ordem econômica e social tem por fim realizar o desenvolvimento nacional e a justiça social, com base nos princípios que especifica. O princípio sobre o qual os Secretários de Fazenda assentaram a supra-citada deliberação é o do inciso I, aquele que consagra a liberdade de iniciativa.

No entanto o mesmo dispositivo constitucional, logo em seguida, no inciso II, consagra igualmente o princípio da valorização do trabalho como condição da dignidade humana. E a lei n.º 5.516, de 16.2.67, que se pretende revogar, não fere a liberdade de iniciativa, porque visa a elevada e humanística finalidade de não só valorizar, mas sobretudo proporcionar trabalho ao homem paranaense. De modo que esse diploma legal tem amparo e inspiração em princípio expresso da Carta Federal.

Logo, o pretexto da revogação é insubsistente, tanto mais se atentarmos para os programas econômicos de nucleação regional, promovidos pelo governo federal, que visam o aproveitamento, industrial das riquezas naturais no local da produção, a fim de evitar transportes de cargas inúteis, de atender à demanda do mercado de trabalho, de dinamizar atividades marginais e complementares, e reforçar as fontes tributárias. A lei n.º 5.516, de 16 de fevereiro de 1967, ao proibir a saída de toda e qualquer espécie de madeira em toras do Estado, quer exatamente que a referida matéria prima seja beneficiada e industrializada no Estado. O produto transformado não está impedido de ser comercializado para fora das fronteiras estaduais; se tal proibição existisse, então, sim a lei estaria ferindo o invocado dispositivo constitucional e dessa forma mereceria a revogação. Mas, enquanto representar proteção ao trabalho do homem paranaense e reforço do erário, deve ser inatável.

Por tais motivos, não só de ordem constitucional, como pelo fato de a proposta governamental não consultar os interesses econômicos e financeiros do Estado, opino pela rejeição do Projeto.

Sala das Comissões, em

aa) Fuad Nacli — Presidente

Antonio Lopes Júnior — Relator

David Federmann

Jorge Sato

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 23-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 18-73, encaminhando anteprojeto, de Lei que objetiva dar nova redação aos anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.8.69 na parte referente às séries de Classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório. Pareceres favoráveis da CCJ e CF. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 23-73

MENSAGEM — 18-73

Curitiba, 15 de março de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação aos Anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969 na parte referente às séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório.

A medida ora submetida a essa Augusta Assembléia Legislativa visa dar atendimento a uma antiga reivindicação dos funcionários integrantes do "Grupo Ocupacional SP — 300 — Laboratório", lotados na Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, no sentido de que as amplitudes das séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório sejam fixadas em níveis funcionais iguais aos estabelecidos para essas mesma carreiras nos Quadros Próprios de Pessoal do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Departamento de Estradas de Rodagem. Os estudos que precederem à elaboração do Plano de Lei em questão, foram realizados pelos Órgãos competentes da Administração, conforme proposta do Senhor Secretário de Saúde Pública, onde aquela autoridade ressaltou o grande interesse do Setor Sanitário do Estado na adoção da medida com substanciada no anteprojeto de lei em questão.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Augusta Casa o

necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado.

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Osvaldo Santos Lima
Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
N/CAPITAL.

PROJETO DE LEI N.º 23-73

Governo do Estado do Paraná

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Os Anexos I e III, integrantes da lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1969, passam na parte referente às séries de classes de Técnico de Laboratório, Laboratorista e Auxiliar de Laboratório, a vigorar com a seguintes redação:

"ANEXO — I"

GRUPO OCUPACIONAL SP — 300 — LABORATÓRIO

Código	Série de Classes	Nível	Acesso	N.º Cargos
SP-301	Técnico de Laboratório	23	—	2
SP-301	Técnico de Laboratório	22	—	3
SP-301	Técnico de Laboratório	21	—	4
SP-301	Técnico de Laboratório	20	—	5
SP-301	Técnico de Laboratório	19	—	6
				20
SP-302	Laboratorista	17	Téc. Laborat.	8
SP-302	Laboratorista	16	—	12
SP-302	Laboratorista	15	—	16
SP-302	Laboratorista	14	—	20
SP-302	Laboratorista	13	—	24
				80

"ANEXO III"

LISTA DE ENQUADRAMENTO

		Técnico de Laboratório	23
		Técnico de Laboratório	22
		Técnico de Laboratório	21
Técnico de Laboratório	16	Técnico de Laboratório	20
Técnico de Laboratório	14	Técnico de Laboratório	19
		Laboratorista	17
		Laboratorista	16
		Laboratorista	15
Laboratorista	11	Laboratorista	14
Laboratorista	09	Laboratorista	13
Aux. de Laboratório	08	Laboratorista	13

Art. 2.º — As vantagens financeiras decorrentes desta lei serão devidas a partir da data de sua publicação, correndo as despesas à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N.º 23-73

MENSAGEM N.º 18-73, que dá nova redação aos Anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.8.69, na parte referente às Séries de Classes de "Técnico de Laboratório", "Laboratorista" e "Auxiliar de Laboratório".

PARECER

I) — A medida proposta pelo Sr. Governador do Estado na Mensagem em epígrafe visa, antes de mais nada, por termo a uma injustiça, involuntária, por certo mas nem por isso menos discriminatória. E o relator deste pela sua origem funcional, componente que é do quadro de servidores da Secretaria de Saúde Pública, como Engenheiro Sanitarista, bem pode dar testemunho desse fato.

II) — Efetivamente, com a entrada em vigor da lei n.º 5.978, que dispõe sobre a reavaliação dos cargos do serviço civil do Executivo, propiciou-se aos "Técnicos de Laboratório", "Laboratoristas" e "Auxiliares de Laboratório" situação diversa e inferior àquela que foi proporcionada às carreiras correspondentes dos quadros próprios do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas e do Departamento de Estradas de Rodagem, sem que se atentasse para o fato de que os encargos e responsabilidades, num e noutro caso, são perfeitamente semelhantes. Justa e reparadora, portanto a medida consubstanciada no projeto em exame.

III — Quanto ao aspecto legal, cabe assegurar que a iniciativa do Sr. Chefe do Poder Executivo se enquadra, perfeita e adequadamente, na competência que lhe é deferida pelos Art. 25 e 35 da Constituição do Estado.

IV — É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 4 de abril de 1973

aa) Antonio Franco Ferreira da Costa — Presidente
Quielise Crisostomo — Relator
Paulo Camargo
Igo Losso
Ovidio Franzoni
Erondy Silvério
Ivo Thomazoni
Wilson Fortes

PROJETO DE LEI N.º 23-73

Comissão de Finanças

MENSAGEM N.º 18-73, que dá nova redação aos Anexos I e III, integrantes da Lei n.º 5.978, de 1.8.69, na parte referente às séries de Classes de "Técnico de Laboratório", "Laboratorista" e "Auxiliar de Laboratório".

PARECER

1) — Como muito bem especificado na mensagem do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, em exercício, o Projeto de Lei capeado pretende estabelecer equidade de remuneração às séries de Classes que nominalmente, incompreensivelmente colocadas à margem quando da entrada em vigor da

Lei que dispõe sobre reavaliação dos cargos do serviço público civil do Poder Executivo.

2) — Oportuna, portanto, a mensagem e louve-se aqui a iniciativa do Exmo. Sr. Governador em exercício, Deputado João Mansur, que em pouco tempo à frente do Executivo Estadual adotou iniciativa de profundo significado social e de inteira justiça para os integrantes das classes beneficiadas.

3) — Esta Comissão de Finanças, só tem a louvar o presente Projeto de Lei, não vendo mesmo nada que possa impedir sua aprovação, que recomenda.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, 12 de abril de 1973

aa) Quielise Crisostomo da Silva — Presidente
João Fadel — Relator
Alvaro Dias
Wilson Fortes

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador Antônio Bortolotto, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador Antônio Bortolotto, vítima de lamentável acidente automobilístico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vereador Antônio Bortolotto, ocorrido em Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 39/73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 165/72. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente da Telepar, no sentido de que aquela autoridade estadual se digne providenciar um melhor atendimento aos usuários daquela Companhia, no Interior do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, lido da Tribuna, solicitando voto de solidariedade aos jornais "O Estado de São Paulo" e "Jornal da Tarde", face à agressão econômica contra os mesmos promvida, como forma de coação, pelo Sr. Governador do Estado de São Paulo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Borsari Neto e Aguinaldo Pereira Lima, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, por ter como uma de suas metas prioritárias, no setor rodoviário, o asfaltamento da estrada Santo Antônio da Platina - Jaguariava. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja endereçado Telex aos Srs. Diretor Presidente e Diretor da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A, solicitando ampliar a concessão do teto de financiamento a agricultores entre 75 e 80% do valor das Colheitas Clayton 1530. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja enviado expediente ao Presidente do Banco do Brasil S.A., visando a implantação e instalação, do serviço de Telex, na filial do Banco do Brasil, em Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Secretário da Segurança Pública, referente a exames psicotécnicos realizados pelo Detran. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Expediente ao Sr. Governador do Estado, apelando para que cobre de sua assessoria o dever constitucional de responder pedidos de informações oriundos deste Poder, visto que o descumprimento dessa obrigação coloca a administração pública em posição vulnerável até a procedimentos penais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, lido da Tribuna, solicitando seja registrado voto de congratulações ao Sr. Secretário da Agricultura, que assumindo recentemente a direção da importante Pasta, começou a lhe imprimir um dinamismo que há muito vinha sendo reclamado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente ao Sr. Superintendente do INPS no Paraná, no sentido de que sejam tomadas providências para melhorar o atendimento prestado pelo INPS, no Município de Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja enviado Expediente à Copel pedindo imediatas providências às inúmeras reclamações provocadas pelos constantes cortes de energia elétrica nos Municípios de Ivaiporã e Jardim Alegre. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do "Dia do Ferrovário" ocorrido em 30 de abril passado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que aquela autoridade federal estude a possibilidade de criação, em nossa Capital do Parque Ferroviário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja enviado ofício aos Srs. Governador do Estado, Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade do asfaltamento da rodovia que liga Cornélio Procopio, Leopólis e Sertaneja ao Porto Charles Naufal. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 3, quinta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 80-71 e 86-72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 274-70, 114-71, 118-71, 262-71 e 23-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 100-72, 156-72 e 39-73.

Fica marcada ainda, a ORDEM DO DIA para a Sessão Ordinária de sexta-feira, dia 4, às 10.00 horas, que é a seguinte:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs.: 136-68, 362-68, 138-71, 140-72, 168-72, 171-72.

Levanta-se a Sessão.